

## CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

### RESOLUÇÃO Nº 289 DE 06 DE AGOSTO DE 1998

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua 79ª Reunião Ordinária, realizada no dia 05 e 06 de agosto de 1998, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, **considerando:**

- que em respeito a legislação, foi estabelecida rotina desde 1993, de submeter à aprovação do Conselho Nacional de Saúde, a proposta orçamentária da área técnica do Ministério da Saúde - MS, antes de encaminhá-la à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento - SOF/MPO, como proposta do MS;

- a atipicidade do processo de discussão da proposta orçamentária para 1999, com ausência de informações, sem documentos de fundamentação dos Órgãos Setoriais e sem documento consolidado do MS, como determinado pela Resolução 245 de 1997 deste CNS;

- a necessidade de melhorar o nível de informação sobre os objetivos dos programas, as correspondentes metas físicas;

- a necessidade de aprofundar o processo assegurando o acompanhamento e avaliação da execução orçamentária e financeira quanto à consecução dos objetivos e à realização/frustração das metas físicas previstas na programação;

- a necessidade de viabilizar a implementação da Norma Operacional Básica do SUS, NOB/96;

- a necessidade de estancar a evasão dos Recursos Humanos do SUS acelerada pela deterioração salarial que se reflete também na precipitação das aposentadorias;

- a necessidade de debelar a crise aguda e resolver a crônica situação dos HC/HUs das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES;

- a necessidade de destacar em outros programas do Fundo Nacional de Saúde, Programas Especiais para Saúde dos Portadores de Deficiências e Patologias e as ações de Vigilância da Saúde do Trabalhador no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária da FUNASA;

- a necessidade de modernizar e reestruturar a Vigilância Sanitária através de projetos que tenham assegurada uma execução orçamentária sistemática e regular;

- as resoluções e deliberações do CNS sobre a questão orçamentária anteriormente aprovadas pelo CNS, desde as de nº 67 e 68 de 1993 e particularmente as de nº 161 de 1995, 193 de 1996 e 247 de 1997;

- o relatório da comissão do CNS, de Análise da Proposta Orçamentária do Ministério da Saúde para 1999 oriunda da área técnica, com base nas informações e esclarecimentos orais obtidos;

#### **RESOLVE:**

Aprovar o montante mínimo de R\$ 23.555.641.686,00 como Orçamento Global do Ministério da Saúde para 1999, sendo R\$ 5.769.881.769,00 para Pessoal; R\$ 296.979.917,00 para Dívida; R\$ 15.607.579.000,00 para Manutenção de Atividades e R\$ 1.881.201.000,00 para Projetos, estabelecidos pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde, nos termos abaixo descritos e que integram a presente Resolução:

**I** - Acatar as sugestões do relatório da comissão de Análise da Proposta Orçamentária de 1999, quais sejam:

**1** - Acoplar à exposição de dados e planilhas orçamentárias, instrumental de planejamento

correspondente, com explicitação de metas físicas, inclusive, para hipóteses diferenciadas de possíveis dotações orçamentárias a serem consignadas (cenários alternativos com caracterização das devidas metas físicas).

2 - Utilizar como referência, para elaboração de tal documento, o formato da Planilha Experimental do Sistema decorrente da Resolução nº 161 de 1995, onde constam Metas Físicas, Prevista (P) e Realizada (R) e Cronograma de Execução Financeira Previsto (P) e Realizado (R), mês a mês.

3 - Encaminhar ao CNS a prestação de contas mensal, nos termos da Resolução 137 de 20 de outubro de 1994, explicitando a avaliação do setor de planejamento com relação ao cumprimento das metas físicas dos objetivos pré concebidos.

**II - Aprovar a proposta orçamentária do Ministério da Saúde para 1999, observados os seguintes pressupostos:**

1 - Integralidade da execução orçamentária e financeira do orçamento aprovado pelo Congresso Nacional para 1998, bem como, das suplementações que vierem a ser aprovadas;

2 - Considerar inaceitável que a execução orçamentária e financeira de 1998 sofra contingenciamento, dado o excelente comportamento das receitas federais que apresentam crescimento.

3 - Ênfase à descentralização através da implementação da NOB/96;

4 - Aperfeiçoamento dos mecanismos de controle social;

5 - Avaliação trimestral da consecução dos objetivos e da realização/frustração das metas físicas previstas na programação de acordo com a Lei 8689 em seu Art.12.

**III - Considerar, como referenciais, para discussão da proposta orçamentária para 1999 e acompanhamento de sua execução:**

1 - Impacto sobre a consolidação do Sistema Único de Saúde e a mudança de modelo, especialmente:

a) aumento de credibilidade do Sistema e do Ministério da Saúde, como sua instituição reitora;

b) impacto na transformação da estrutura do gasto, pela mudança do modelo assistencial;

c) indução e mobilização de recursos de outros atores (públicos e privados).

2 - Aumento da capacidade operativa, assegurando recursos para:

a) melhoria da capacidade produtiva/operativa;

b) completar investimentos prévios, justificados;

c) desenvolvimento de sistemas de informação para acompanhamento, avaliação e planejamento;

d) capacitação de recursos humanos para desenvolvimento gerencial.

3 - Impacto direto na redução de problemas evitáveis, especialmente aqueles em que o Brasil situa-se mal em relação ao resto do mundo.

4 - Capacitação de execução versus percepção das necessidades da população.

5 - Decisões sobre aumento dos gastos, adotadas após a homologação da presente Resolução.

**IV - Aprovar, como valores a serem encaminhados ao Conselho Nacional de Seguridade Social - CNSS, à SOF/MPO e ao Congresso Nacional, os constantes da demonstração abaixo, admitindo-se que a área técnica tenha sido suficientemente criteriosa na elaboração da proposta apresentada ao CNS, que promoveu alteração de valores em apenas alguns itens.**

### **1. ITENS GLOBAIS**

O orçamento do Ministério da Saúde para 1999, por grupo de despesas, conforme estabelecido pela SOF-MPO:

*	Pessoal	(Ativo	e	Inativo)	5.769.881.769,00
.....					
	Amortização	e	Encargos	da Dívida	296.979.917,00
.....					
	<b>Sub-Total</b>				6.066.861.686,00
.....					
	Manutenção		de	Atividades	15.607.579.000,00
.....					

Projetos	1.881.201.000,00
----------	------------------

<b>Total</b>	<b>Geral</b>	<b>Ministério</b>	<b>da</b>	<b>Saúde</b>	<b>23.555.641.686,00</b>
--------------	--------------	-------------------	-----------	--------------	--------------------------

Reiterando, que a parcela referente à DÍVIDA não deverá ser coberta com recursos provenientes de Fontes Específicas da Seguridade Social e que, os valores para custeio de PESSOAL deverão ser cobertos com recursos oriundos da Receita Tributária.

Baseando-se, ainda, nos considerandos introdutórios à Resolução, particularmente os referentes a NOB/96, Pessoal, HC/HUs Federais, Programas Especiais e Vigilância Sanitária e da Saúde do Trabalhador.

## 2 - ÍTENS ESPECÍFICOS:

### 2.1 - FIOCRUZ

	R\$
Manutenção	42.646.000,00
Administrativa .....	
Manutenção	Unidades
Operacionais .....	12.634.000,00
Infra	estrutura
unidades .....	de
	24.000.000,00
* Produção de Vacinas (+ 9 milhões)	14.433.000,00
.....	
Outros	Programas
.....	54.138.000,00
Auxílios	ao
Servidor .....	6.400.000,00
Assistência	Médica
Servidores .....	a
	7.800.000,00
<b>Sub-Total</b>	<b>162.051.000,00</b>
.....	

Foi acatada na íntegra a proposta da área técnica acrescida de R\$9 mi para Produção de Vacinas. Existe nota técnica do órgão, justificando a proposta.

### 2.2 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

	R\$
* Leite - Suplementação Alimentar (Acrescido de R\$ 40 milhões) .	200.000.000,00
Combate às Carências	Nutricionais
.....	10.000.000,00
Manutenção	
Administrativa .....	93.553.000,00
Hospitais	Próprios
.....	384.667.000,00
INCA - Instituto	Nacional
Câncer .....	do
	122.000.000,00
G.H.C - Grupo	Hospitalar
Conceição .....	235.666.000,00
Pioneira	Social
SARAH .....	-
	258.667.000,00
Campanhas	
Comunitárias .....	54.000.000,00
Sangue e	
	46.083.000,00

Hemoderivados .....					
DATASUS					18.000.000,00
.....					
Erradicação	do	<i>Aedes</i>	<i>aegypti</i>		260.342.000,00
.....					
Prevenção	Câncer		Cérvico-		109.000.000,00
Uterino .....					
* Outros Programas/Programas Especiais para Portadores de Deficiências e Patologias acrescido de R\$ 80 milhões .....					226.800.000,00
AIDS	/	NE	I	e II	110.553.000,00
.....					
* AIH / SIA-SUS - HC/HUs Federais R\$ 90 milhões .....					8.571.000.000,00
Piso	de	Atenção	Básica		1.911.000.000,00
.....					
Programa Agentes Comunitários Saúde - PACS/PSF - Saúde da Família					458.000.000,00
.....					
Coordenação	Materno		Infantil		7.267.000,00
.....					
Vigilância			Sanitária		268.000.000,00
.....					
Aquisição e Distribuição	de	Medicamentos			763.729.000,00
.....					
Aquisição e Distribuição	de	Medicamentos			667.521.000,00
DST/AIDS ....					
Participação	de	Organismos			30.000.000,00
Internacionais .....					
Reaparelhamento	de	Unidades	do		250.000.000,00
SUS/MS .....					
Reaparelhamento	de	Unidades	do	SUS/MS	
REFORSUS .....					385.623.000,00
..					
Auxílio			ao		110.486.000,00
Servidor .....					
Assistência	Médica	a	Servidores		107.182.000,00
.....					
<b>SUB-TOTAL</b>					<b>15.659.253.000,00</b>

Observações:

O sucessor(es) da CEME, Órgãos ou Programas, deverão fornecer a relação dos medicamentos, com seus respectivos quantitativos ao CNS, assim como, deverá ser dada ampla divulgação destes dados. Deverá, ainda, haver ampla divulgação das licitações e da distribuição dos medicamentos com a relação das entidades beneficiárias e convênios assinados.

Procedimento, análogo deverá ser adotado em relação ao sucessor(es) do INAN, Órgãos ou Programas.

- "**Programa do Leite**" - acrescentar R\$ 40 milhões à proposta da área técnica para recompor a proposta do CNS de 1998; sua denominação deve ser Suplementação Alimentar e observar as recomendações ao Ministério da Saúde de:

a) dar maior flexibilidade para a compra de alimentos, adquiridos a nível regional de forma descentralizada;

b) promover a execução dentro de um conjunto de ações básicas de saúde, com ênfase às gestantes, nutrizes e crianças de 06 meses a dois anos;

c) priorizar e viabilizar os municípios de maior risco de mortalidade infantil;

d) incorporar estruturas Estaduais, Municipais e Organismos Não-Governamentais para a sua execução.

- **"Administração Central e Regional"** - Acatar a proposta de área técnica, condicionada à manutenção dos princípios e a ênfase à descentralização.

- **"Hospitais Próprios"** - Acatar a proposta da área técnica, com as seguintes recomendações:

a) aumentar a produtividade;

b) reativar leitos, dentro das necessidades;

c) informar ao CNS quantitativo de leitos, funcionários e volume de serviços prestados;

d) melhorar a qualidade da gestão;

e) resolver a situação do Hospital Getúlio Vargas de Porto Alegre.

- **"INCa"** - Manter o valor orçamentário proposto pela área técnica do MS, observada a recomendação da letra c, do item "Hospitais Próprios".

- **"Erradicação do Aedes aegypti"** - Acatar a proposta da área técnica do MS, ressalvando-se que, mantida as atuais dotações e realização da execução orçamentária e financeira, a denominação correta deverá ser a de Intensificação do Controle e não de Erradicação.

- **"Prevenção do Câncer Cérvico-uterino"** - Acatar o valor proposto pela área técnica do MS, recomendando-se que se intensifique a efetiva execução orçamentária e financeira em 1998 sem solução de continuidade para o exercício de 1999, sem o que ficará descaracterizada como tal.

- **"G.H.C."** - Manter o valor proposto pela área técnica do MS, observada a recomendação da letra c, do item "Hospitais Próprios".

- **"Pioneiras Sociais"** - Manter o valor proposto pela área técnica do MS, observada a recomendação da letra c, do item "Hospitais Próprios".

- **"Campanhas Comunitárias"** - Acatar os valores propostos pela área técnica do MS, com a recomendação de que informações adicionais, referentes aos objetivos e metas das campanhas sejam enviadas ao CNS, antes da sua execução, para definição de prioridades.

- **"Programa de Sangue e Hemoderivados"** - Acatar os valores propostos, recomendando-se que sejam efetivamente executados para que não se repita a irrisória execução dos anos anteriores.

- **"Outros Programas"** - Acrescentar o valor proposto pela área técnica do MS R\$ 80 mi destinados aos Programas Especiais para Saúde dos Portadores de Deficiências e Patologias.

- **"AIH/RCA"** - **"NOB/96"** - **"HC/Hus das IFES"** - Acatar a proposta da área técnica com a condição de que tais valores sejam destinados à efetiva implementação da NOB/96, devendo ainda ser apresentadas ao CNS as propostas de alteração das tabelas, tetos, valores básicos, etc., para análise, discussão e aprovação, antes da implantação de qualquer modificação. Acrescentar ainda R\$ 90 milhões à proposta da área técnica sendo incremento proposto destinado à Manutenção de Atividades para atendimento emergencial dos HC/HUs federais com o objetivo de retirá-los da crise aguda em que se encontram, condicionando-se a execução do montante proposto a contrapartida do MEC relativa à reposição de pessoal necessário e cobertura desta despesa que tem se constituído no principal fator de estrangulamento dos mesmos.

- **"Vigilância Sanitária"** - Acatar a proposta da área técnica do MS, com a ressalva de que a Secretaria de Vigilância Sanitária deverá prestar esclarecimentos sobre as atividades que vem desenvolvendo, propostas de trabalho para 1999 e providências com vistas a agilização de seus trabalhos, principalmente aqueles destinados a aprovação e, liberação de produtos, assim como, às atividades de fiscalização. Parcela do valor proposto deverá ser destinado à modernização e reestruturação da Secretaria.

- **"Participação em Org. Internacionais"** - Acatar os valores propostos pelo MS sem restrições.

- **"Reaparelhamento de Unidades do SUS/MS"** - Acatar à proposta da área técnica.

- **"Auxílio ao servidor"** - Acatar os valores propostos pelo MS, sem restrições, entendendo-se que os valores propostos constituem despesas incompressíveis.

Alterar o montante proposto pela área técnica, para o Fundo Nacional de Saúde, totalizando R\$ 15.659.253.000,00, com os acréscimos, observações e condicionantes especificados acima.

## 2.3 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

* Manutenção de Unidades Próprias (+ R\$ 4 milhões) .....	97.876.000,00
* Manutenção Administrativa ( + R\$ 9 milhões) .....	99.000.000,00
Infra-estrutura .....	de 6.600.000,00
Unidades .....	
* Vacinas e Vacinação (+ R\$ 40 milhões) .....	251.600.000,00
VIGISUS .....	46.000.000,00
Erradicação do <i>Aedes aegypti</i> .....	208.000.000,00
* Controle de Endemias (+ R\$ 6 milhões) .....	258.600.000,00
Saneamento Básico .....	440.000.000,00
Auxílios .....	ao 80.000.000,00
Servidor .....	
Assistência Médica .....	a 40.000.000,00
Servidores .....	
* Outros Programas (+ R\$ 38 milhões) .....	139.800.000,00
<b>Sub-Total</b> .....	<b>1.667.476.000,00</b>

- **"Manutenção de Unidades Próprias"** - Acrescentar à proposta da área técnica do MS, R\$ 4 milhões para recompor a proposta CNS 1998 supondo-se que o mesmo favoreça o processo de descentralização dos serviços e ações de saúde, em andamento.

- **"Administração Central e Regional"** - Acrescentar R\$ 9 milhões para recompor a proposta do CNS de 1998, supondo-se que o mesmo favoreça o processo de descentralização.

- **"Vacinas e Vacinação"** - Acrescentar R\$ 40 milhões para recompor a proposta do CNS de 1998.

- **"VIGISUS - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde"** - Acatar a proposta técnica do MS.

- **"Erradicação do *Aedes aegypti*"** - Acatar o valor proposto pela área técnica do MS mantidas as considerações relativas ao item correspondente no Fundo Nacional de Saúde.

- **"Controle de Endemias"** - Acrescentar à proposta R\$ 6 milhões para recompor a proposta do CNS de 1998, ficando a execução da programação condicionada a exame e aprovação das Comissões Tripartite e Bipartites Intergestores.

- **"Saneamento Básico"**

. Acatar o valor proposto pela área técnica do MS na expectativa que ele seja efetivamente executado diferentemente do que tem ocorrido nos anos anteriores.

. Recomendar ao Ministério da Saúde maior critério em relação as prioridades e a capacidade de gestão e controle social sobre esses recursos.

- **"Auxílio ao Servidor"** e **"Assistência Médica aos Servidores"** - Acatar os valores propostos, por se tratar de despesas incompressíveis.

- **"Outros Programas"** - Acrescentar ao valor proposto o montante de R\$38 mi para recompor a proposta do CNS de 1998. Embora o DATASUS tenha sido transferido para o Fundo Nacional de Saúde.

**V** - Recomendar ao Ministério da Saúde que implemente o sistema Global e Subsistemas de Avaliação da Execução Orçamentária e Financeira do Ministério da Saúde que permita ao CNS e à Administração melhor visibilidade e legibilidade dos dados orçamentários e financeiros quanto aos objetivos e metas físicas das UNIDADES E SUB-UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS, DAS ATIVIDADES, DOS PROGRAMAS, SUB-PROGRAMAS E FUNÇÕES, bem como, das respectivas FUNCIONAIS PROGRAMÁTICAS, proposto desde a Resolução nº 161 de 1995 e reiterado em outras

resoluções e particularmente na nº 247 do CNS.

**VI** - Considerar no Acompanhamento do Processo Orçamentário as demais observações e recomendações constantes da ata.

**VII** - Considerar que “A aprovação da presente Proposta não exime a área técnica do Ministério da Saúde de apresentar as justificativas, já reiteradamente solicitadas, assim como o Plano de Metas para 1999, na reunião do mês de Setembro”.

**JOSÉ SERRA**

Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 289 de 06 de agosto de 1998, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

**JOSÉ SERRA**

Ministro de Estado da Saúde